

TRIBUNA LIVRE



JANAINA DA COSTA FLEGLER

Ostracismo da Vila de Regência

Este artigo enseja destacar o déficit na garantia legal ao acesso à água em detrimento do desastre ambiental ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco, localizada na cidade de Mariana, Minas Gerais, ocorrido em 5 de novembro de 2015, desencadeando impactos ambientais e socioeconômicos nas regiões da barragem à foz do Rio Doce.

A Bacia do Rio Doce é uma das mais importantes da Região Sudeste, e segundo o geógrafo André Coelho abastece aproximadamente 226 municípios, pertencentes aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, entre eles importantes polos agroindustriais e de pesca. Assim, é necessário avaliar e compreender as resultantes do rompimento da barragem de Fundão como causa do ostracismo da Vila de Regência, em Linhares - ES.

Em uma análise equiparativa aos direitos fundamentais, a água por ser um recurso indispensável à vida é defendida por alguns doutrinadores do Direito, a exemplo de Zulmar Fachin, como uma possível sexta dimensão dos Direitos Fundamentais. Na Constituição Brasileira de 1988 o Direito ao acesso à água está garantido no artigo 225, que se refere ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incluindo-se na terceira dimensão dos Direitos Fundamentais.

A potencialidade dos efeitos ocasionados pelo episódio supramencionado evidencia inúmeras violações aos Direitos ambientais, sociais e econômicos. Destacam-se os problemas gerados pelo cerceamento ao acesso à água para consumo e desenvolvimento das atividades econômicas, principalmente para a pesca no município de Linhares.

Apesar do Brasil ancorar-se em um modelo de gestão hídrica proeminente e bem fundamentado em uma legislação e regulamentação para garantir o crescimento econômico do País, ainda faz-se necessária a reafirmação do direito ao acesso à água no cunho sociocultural e ambiental,

garantindo o desenvolvimento humano sustentável em suas diversas dimensões.

Diante dessa perspectiva, o desastre ambiental, desencadeou modificações significativas sobre a qualidade e o acesso à água na Bacia do Rio Doce, violando as garantias dos direitos fundamentais das comunidades afetadas, principalmente, da população nativa de Regência.



O desastre desencadeou modificações significativas sobre qualidade e acesso à água do Rio Doce

A restrição do direito ao acesso à água contribuiu para o consequente ostracismo socioeconômico da Vila de Regência, mediante a um meio ambiente desequilibrado que impactou diretamente na realidade da população ribeirinha, tendo em vista que a economia baseava-se no ecoturismo e na pesca. Vale salientar, a necessidade de ampliação das vertentes econômicas sustentáveis, a fim de potencializar os meios de subsistência e desenvolvimento da comunidade local.

Corroborar-se que o processo de recuperação da Bacia do Rio Doce ocorrerá em longo prazo, com o intermédio de pesquisas e políticas públicas que proporcionam a minimização dos impactos resultantes do desastre ambiental em foco.

Em vista do que foi explanado, torna-se necessária a junção da sociedade, da Samarco e das representatividades estatais para compor um grupo equilibrado com a visão transparente e sustentável, objetivando redesenvolver as áreas deterioradas para garantir os direitos fundamentais às futuras gerações.

Janaina da Costa Flegler é graduada em Enfermagem e graduanda em Direito